

PODER

# Saída da prisão para ser operado

Moraes autoriza cirurgia de Bolsonaro, e procedimento para tratar uma hérnia inguinal está marcado para este feriado de Natal

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a internação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para a cirurgia de correção de hérnia inguinal bilateral, que ocorrerá neste feriado de Natal. A decisão foi tomada após parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) e confirmação, por perícia do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, de que o procedimento é necessário, embora eletivo. O ex-chefe do Executivo está preso na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, onde cumpre pena de 27 anos de cadeia por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Pela decisão de Moraes, o ex-presidente será conduzido ao Hospital DF Star, hoje, para exames preparatórios e deverá ser operado amanhã. Moraes determinou que o transporte e a segurança sejam feitos pela Polícia Federal de forma discreta, com desembarque pela garagem do hospital e vigilância permanente durante toda a internação.

“A Polícia Federal deverá providenciar a completa vigilância e segurança do custodiado durante sua estadia, bem como do hospital, mantendo equipes de prontidão”, diz trecho da decisão de Moraes. “A Polícia Federal deverá garantir, ainda, a segurança e fiscalização 24 horas por dia, mantendo, no mínimo, dois policiais federais na porta do quarto do hospital, bem como as equipes que entender necessárias dentro e fora do hospital”, acrescenta.

Moraes também autorizou a presença da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro como acompanhante, conforme as regras hospitalares, e restringiu visitas, que dependerão de autorização judicial, além de proibir o ingresso de aparelhos eletrônicos no quarto.

“Está vedado o ingresso no quarto hospitalar de computadores, telefones celulares ou quaisquer dispositivos eletrônicos, salvo obviamente os equipamentos médicos, devendo a Polícia Federal assegurar o cumprimento da restrição”, frisa.

O laudo pericial encaminhado ao STF em 19 de dezembro aponta que Bolsonaro tem hérnia inguinal bilateral — quando há o deslocamento de tecidos do abdômen por pontos enfraquecidos da musculatura da virilha nos dois lados do corpo — e recomenda a cirurgia. A condição pode causar inchaço, dor e desconforto, sobretudo durante esforços, tosse ou longos períodos em pé, e, no caso bilateral, exige um procedimento mais abrangente do que quando o problema é unilateral.

Ao **Correio**, o coloproctologista Danilo Munhóz explica que a cirurgia bilateral demanda maior cuidado. “O cirurgião precisa tratar dois defeitos da parede abdominal no mesmo ato, o que significa maior área de dissecação, mais tempo cirúrgico e maior chance de dor no pós-operatório. A escolha da técnica é fundamental para reduzir o risco de recidiva e de dor persistente”, afirma.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



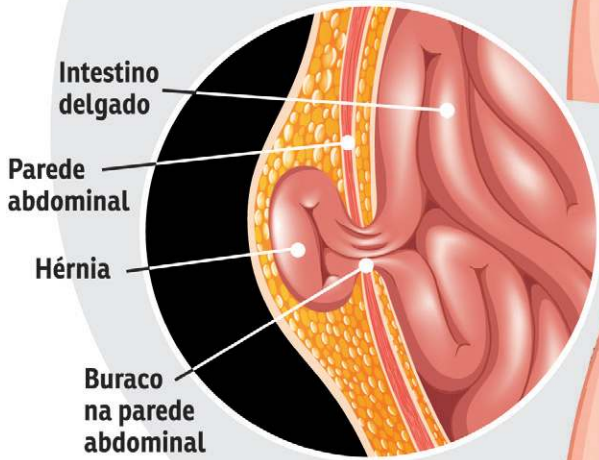
Bolsonaro será levado hoje para hospital e deve ser operado amanhã: ministro do Supremo determinou medidas de segurança

## Cirurgia do ex-presidente

Segundo exames médicos, Jair Bolsonaro sofre de hérnia inguinal bilateral. Saiba os detalhes de como será o procedimento

### O QUE É

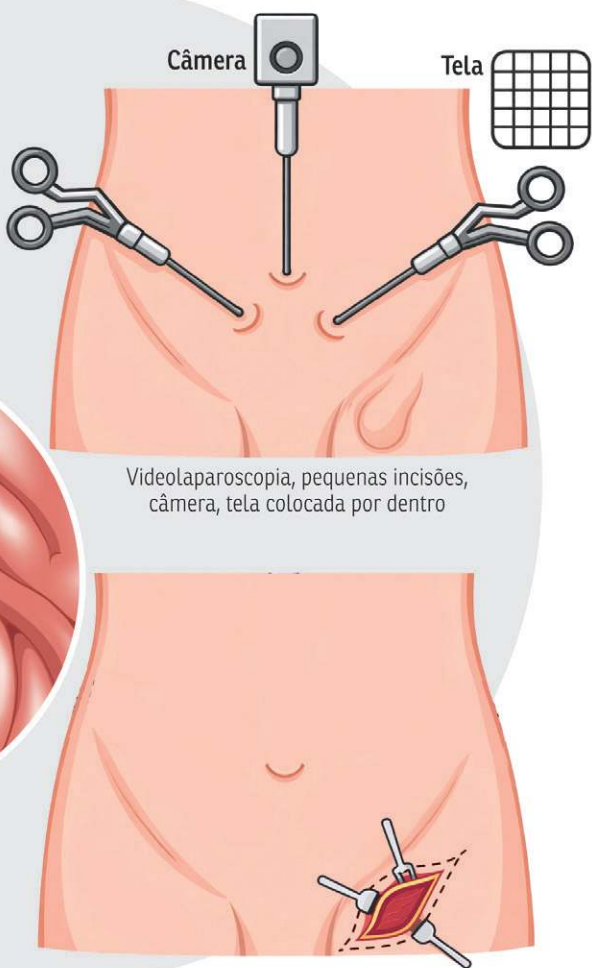
A hérnia inguinal bilateral ocorre quando uma parte do intestino ou do tecido adiposo avança sobre a parede muscular abdominal na região da virilha.



### SINTOMAS

Inchaço, dor ou desconforto ao fazer esforço, tossir ou ficar muito tempo em pé

### COMO É A CIRURGIA?



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Segundo ele, há duas abordagens principais: a cirurgia aberta, com incisão na virilha e colocação de uma tela de reforço, e a laparoscópica, feita por pequenas incisões com auxílio de câmeras e instrumentos, também com uso de tela.

Em quadros bilaterais, a via minimamente invasiva costuma permitir tratar os dois lados no mesmo procedimento, com menor trauma local e recuperação mais rápida, desde que o paciente

possa receber anestesia geral e não tenha contraindicações.

Munhóz ressalta, no entanto, que o histórico de múltiplas cirurgias abdominais de Bolsonaro pode pesar na decisão. “Pacientes com muitas operações prévias podem apresentar aderências internas que dificultam a laparoscopia. Em situações de cicatrizes importantes ou alterações da anatomia, a via aberta pode ser mais prudente, porque evita entrar na cavidade abdominal e reduz o risco de lesões”, diz.

Além da hérnia, a perícia da PF indicou a necessidade de um bloqueio do nervo frênico para controlar soluços persistentes, procedimento que interfere no diafragma. Por isso, a equipe médica deverá coordenar cuidadosamente os dois tratamentos, avaliando o impacto respiratório e decidindo se serão realizados conjuntamente ou em etapas.

A PGR, em manifestação assinada pelo procurador-geral

### Memória

- » Condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, o ex-presidente Jair Bolsonaro deixará, pela primeira vez, a Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde foi preso no fim de novembro.
- » Na sexta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou um novo recurso dos advogados de Bolsonaro, que buscavam que ele cumprisse a pena em prisão domiciliar, assim como um recurso sobre o mérito do caso que tentava anular a condenação.
- » O STF decidiu, em novembro, que todas as possíveis apelações do ex-presidente estavam esgotadas, e ele começou a cumprir a sentença em um quarto na Superintendência da PF em Brasília.
- » Ele foi levado para lá inicialmente por ter violado com um ferro de solda a tornozeleira eletrônica que monitorava a prisão domiciliar preventiva.

Paulo Gonet, não se opôs à internação, aos exames preparatórios nem à cirurgia no Natal, o que abriu caminho para a autorização final de Moraes.

Bolsonaro aguarda agora o deslocamento ao hospital dentro das regras impostas pelo STF. A decisão prevê que, após a alta, o ex-presidente retorne imediatamente à custódia da Polícia Federal, mantendo-se as mesmas condições de segurança que vigoram durante a internação.

## Golpistas sem indulto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o indulto natalino de 2025. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União.

O indulto de Natal deste ano exclui os condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo os executores dos atos do 8 de Janeiro e os condenados nos quatro núcleos da trama golpista, como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Também estão excluídos do perdão os condenados por crimes hediondos ou equiparados, tortura, terrorismo, racismo, violência contra a mulher, tráfico de drogas e organização criminosa — permanecem sem o benefício, portanto, líderes de facções, integrantes relevantes de organizações criminosas, pessoas submetidas ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e aquelas custodiadas em estabelecimentos de segurança máxima.

O documento ainda veda o benefício aos detentos que tenham firmado acordos de colaboração, as chamadas delações, ou que estejam cumprindo pena em presídios de segurança máxima.

Os requisitos para a concessão do perdão variam conforme o perfil da pena, como tempo de condenação, reincidência, uso de violência e tempo de reclusão cumprido.

O decreto também concedeu indulto a mulheres em condições específicas, como mães e avós com filhos de até 16 anos de idade ou com deficiência e detentas de até 21 anos ou maiores de 60 anos. Nesses casos, deve haver o cumprimento de, ao menos, um oitavo da pena.

Aos detentos que não cumpram os requisitos para o indulto, o decreto estabelece regras para a commutação das penas, ou seja, a redução do tempo restante de prisão.

### Constituição

O benefício está previsto na Constituição e é uma tradição na época das festividades natalinas. Na prática, significa o perdão da pena, permitindo ao preso ser libertado. Também pode resultar na extinção total da pena a partir do especificado no decreto. Para ter acesso ao benefício, o advogado — ou defensor público — deve fazer um pedido formal ao juízo da execução penal.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o presidente da República tem a atribuição constitucional de editar o indulto. A cada ano, o governo debate os critérios de quem poderá acessar ou será excluído do benefício.

A proposta é elaborada anualmente pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPC), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Pastoral Carcerária e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais contribuíram para a elaboração. (**Com portal da Presidência da República**)

2014

2025

SAIBA MAIS.

# Lembra como o Autódromo de Brasília estava abandonado? Esse tempo acabou.